

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.974 - MG (2019/0300620-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : BRUNO DE OLIVEIRA FRANCO**  
**ADVOGADO : BRUNO DE OLIVEIRA FRANCO - MG115047**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : LUCAS SANTANA ARAUJO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

**LUCAS SANTANA ARAUJO** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** no HC n. 1.0000.19.099470-7/000.

Da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído**, pois o impetrante olvidou de colacionar **cópia do acórdão recorrido**, o que impossibilita a compreensão do caso e, por conseguinte, o exame da apontada coação ilegal.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir e, dada sua natureza urgente, exige prova pré-constituída das alegações. Não se admite, portanto, dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se tratar de defesa técnica – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal **no ato atacado na impetração**.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indeiro liminarmente** o habeas corpus.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga a aludida peça faltante, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intemem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

